


DO COTIDIANO À SALA DE AULA: A EJA COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR

**FROM EVERYDAY LIFE TO THE CLASSROOM: EJA AS A SPACE FOR POPULAR
EDUCATION**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-015>

Edineia Natalino da Silva Santos

Doutorado em Educação – UNESP/Rio Claro

E-mail: edineia.santos@unemat.br

Manoel Pessoa da Silva

Letras Hab. Português/Espanhol - UFMS

E-mail: pessoapoliedro2022@gmail.com

Angélica da Silva Correa

Pós-graduação em Matemática e suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho – UFPI

E-mail: angelica-dcorrea@educar.rs.gov.br

Maria Luciana Constantino

Pós-graduação em Psicopedagogia Faculdade Anhanguera

E-mail: luciana35constantino@gmail.com

Virgínia Nataniel de Santana Pereira Bandeira

Pós-graduação em Linguagens, Cultura, Educação e Tecnologias – UFT

E-mail: virnataniel@yahoo.com.br

Fabio José Antonio da Silva

Doutorado em Educação Física – UEL

E-mail: fjas81@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho discute a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de ensino que vai além da escolarização formal, articulando-se com os princípios da Educação Popular. A análise evidencia como o cotidiano dos educandos se torna fonte legítima de saberes, fortalecendo a cidadania e a emancipação social. São abordados os desafios enfrentados pela EJA, como evasão escolar e falta de políticas públicas consistentes, bem como suas perspectivas futuras, fundamentadas em autores como Paulo Freire, Moacir Gadotti, Carlos Rodrigues Brandão e Miguel Arroyo. Conclui-se que a EJA, quando compreendida como prática de Educação Popular, reafirma seu papel transformador e democrático na sociedade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Popular; Paulo Freire; Cidadania; Emancipação.

ABSTRACT

This paper discusses Youth and Adult Education (EJA) as a teaching modality that goes beyond formal schooling, connecting with the principles of Popular Education. The analysis highlights how students' everyday life becomes a legitimate source of knowledge, strengthening citizenship and social emancipation. Challenges faced by EJA, such as school dropout and lack of consistent public policies, are addressed, as well as future perspectives based on authors such as Paulo Freire, Moacir Gadotti, Carlos Rodrigues Brandão, and Miguel Arroyo. It is concluded that EJA, when understood as a practice of Popular Education, reaffirms its transformative and democratic role in society.

Keywords: Youth and Adult Education; Popular Education; Paulo Freire; Citizenship; Emancipation.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que surge como resposta às desigualdades históricas e sociais que marcaram o acesso à escolarização no Brasil. Muitos sujeitos, por motivos econômicos, culturais ou familiares, não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade considerada “regular”. A EJA, portanto, não se limita a oferecer conteúdos escolares, mas se configura como um espaço de reconstrução de trajetórias, de valorização da experiência de vida e de promoção da cidadania.

Nesse contexto, a sala de aula da EJA se transforma em um ambiente de educação popular, no qual o cotidiano dos estudantes é reconhecido como fonte legítima de saberes. O conhecimento não é visto apenas como algo a ser transmitido pelo professor, mas como resultado de um diálogo entre saberes acadêmicos e saberes da vida prática. Essa perspectiva se aproxima das ideias de Paulo Freire, que defendia uma educação libertadora, capaz de partir da realidade concreta dos educandos para promover reflexão crítica e transformação social.

A história da EJA está diretamente ligada às lutas sociais por direitos e à busca por inclusão. Desde os movimentos de alfabetização popular nas décadas de 1960 e 1970, até as políticas públicas mais recentes, a EJA tem se consolidado como um espaço que reconhece a diversidade dos sujeitos e suas necessidades específicas. Ao acolher trabalhadores, mães, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade, a EJA reafirma seu compromisso com a democratização do acesso ao conhecimento e com a construção de uma sociedade mais justa.

Além disso, a EJA representa uma oportunidade de ressignificação da escola. Ao trazer para dentro da sala de aula os saberes do cotidiano, ela rompe com a visão tradicional de ensino e promove uma prática pedagógica que valoriza a cultura, a identidade e a experiência de cada educando. Dessa forma, a EJA não

apenas ensina conteúdos formais, mas também fortalece a autoestima, amplia horizontes e possibilita que os sujeitos se reconheçam como protagonistas de sua própria história e de sua comunidade.

2 DESENVOLVIMENTO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é marcada pela diversidade de sujeitos que a frequentam: trabalhadores, mães, idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade social. Cada um traz consigo experiências de vida que, quando reconhecidas, enriquecem o processo educativo. Paulo Freire (1999) enfatiza que “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”, e é justamente essa pluralidade que torna a EJA um espaço privilegiado de educação popular. O cotidiano dos educandos, longe de ser um obstáculo, é fonte legítima de conhecimento e deve ser incorporado ao currículo escolar.

Nesse sentido, a sala de aula da EJA não pode se restringir à transmissão de conteúdos formais. Ela precisa dialogar com a realidade concreta dos estudantes, abordando temas como trabalho, cidadania, saúde, cultura e direitos sociais. Moacir Gadotti (2014) defende que a EJA deve ultrapassar a perspectiva compensatória ou meramente instrumental, assumindo uma função emancipadora e democrática, capaz de promover a cidadania crítica e a transformação da realidade social. Assim, o cotidiano não é apenas ponto de partida, mas fio condutor para que o aprendizado faça sentido e se torne libertador.

Um exemplo prático dessa perspectiva é o uso dos temas geradores, conceito freireano que parte de situações reais vividas pelos educandos para construir o processo de ensino. Ao discutir questões como transporte público, condições de trabalho ou acesso à saúde, o professor transforma problemas concretos em oportunidades pedagógicas. Como destaca Sonia Couto Souza Feitosa (1999), o método Paulo Freire privilegia o desenvolvimento da consciência crítica e estabelece uma nova relação entre professor e aluno, rompendo com práticas domesticadoras e promovendo uma pedagogia libertadora.

Outro aspecto essencial é a valorização da diversidade cultural presente na EJA. Os estudantes trazem consigo diferentes formas de expressão, tradições e saberes populares que enriquecem o ambiente escolar. Gadotti (1996), ao relatar a experiência do MOVA-SP, destaca que a EJA deve ser construída em diálogo com a comunidade, reconhecendo e legitimando os saberes locais como parte integrante do processo educativo. Projetos que envolvem música, artesanato, culinária ou histórias de vida permitem que esses saberes sejam valorizados, fortalecendo a identidade dos sujeitos e promovendo respeito às diferenças.

Além disso, a EJA desempenha papel fundamental na formação cidadã. Ao trabalhar conteúdos relacionados a direitos sociais, participação política e consciência crítica, ela contribui para que os educandos se reconheçam como agentes de transformação em suas comunidades. Paulo Freire (1999) reforça que a educação deve ser um ato político, no sentido de possibilitar que os sujeitos compreendam

sua realidade e atuem para transformá-la. Nesse sentido, a sala de aula da EJA torna-se espaço de debate e reflexão, onde se constrói não apenas conhecimento acadêmico, mas também consciência social e política.

Por fim, é importante destacar o papel do professor como mediador. Na EJA, o educador não é apenas transmissor de conteúdos, mas facilitador de diálogos e aprendizagens. Ele precisa estar aberto a ouvir, compreender as histórias de vida dos estudantes e construir junto com eles um percurso pedagógico que respeite suas especificidades. Essa postura rompe com a hierarquia tradicional da escola e fortalece a ideia de que todos têm algo a ensinar e a aprender, reafirmando o caráter coletivo e democrático da educação popular.

Outro ponto relevante é compreender a EJA como espaço de resgate da dignidade humana. Muitos educandos chegam à sala de aula carregando marcas de exclusão e preconceito, fruto de uma sociedade que historicamente marginalizou aqueles que não tiveram acesso à escolarização. Nesse sentido, Paulo Freire (1987) afirma que “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem”, destacando que o processo educativo deve ser pautado pelo respeito e pela valorização da história de cada sujeito. A EJA, ao acolher essas trajetórias, promove não apenas a aprendizagem formal, mas também a reconstrução da autoestima e da confiança dos estudantes em suas próprias capacidades.

Além disso, é importante destacar que a EJA se insere em um contexto de educação permanente, conceito defendido por Moacir Gadotti (2000), que entende a aprendizagem como processo contínuo ao longo da vida. A sala de aula da EJA, nesse sentido, não é apenas um espaço de escolarização tardia, mas um ambiente de formação integral, que possibilita ao educando ampliar suas perspectivas pessoais, profissionais e sociais. Essa visão rompe com a ideia de que a educação se limita à infância e juventude, reafirmando que aprender é um direito humano fundamental em todas as fases da vida.

3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EJA

Apesar de sua relevância social e pedagógica, a Educação de Jovens e Adultos enfrenta inúmeros desafios. Entre eles, destacam-se a evasão escolar, a falta de políticas públicas contínuas e o preconceito que ainda recai sobre essa modalidade de ensino. Muitos educandos precisam conciliar trabalho, família e estudo, o que exige da escola flexibilidade e acolhimento. Como afirma Haddad (2002), a EJA só se fortalece quando é reconhecida como política de Estado e não apenas como ação compensatória, garantindo condições reais de permanência e sucesso escolar.

Outro desafio importante é a formação docente. Os professores que atuam na EJA necessitam de preparo específico para lidar com a diversidade de experiências e idades presentes em sala de aula. Segundo Arroyo (2006), a EJA exige uma pedagogia diferenciada, que reconheça os sujeitos como portadores de saberes e histórias, e não apenas como receptores de conteúdos. Isso implica repensar metodologias, currículos e práticas avaliativas, de modo a respeitar o ritmo e as necessidades dos educandos.

Além dos desafios, é fundamental refletir sobre as perspectivas futuras da EJA. Gadotti (2000) defende que a EJA deve ser entendida como parte da educação permanente, ou seja, como direito que acompanha o ser humano ao longo de toda a vida. Essa visão amplia o papel da EJA, que não se limita a corrigir desigualdades históricas, mas também projeta um futuro mais democrático e inclusivo. Nesse sentido, investir em políticas públicas consistentes, em currículos contextualizados e em práticas pedagógicas dialógicas é essencial para consolidar a EJA como espaço de emancipação.

Por fim, é preciso destacar que a EJA, enquanto espaço de educação popular, deve se manter fiel ao princípio freireano de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão” (Freire, 1987). Essa perspectiva reforça que os desafios da EJA não podem ser enfrentados apenas pela escola, mas exigem o envolvimento da comunidade, das famílias e das políticas sociais. Assim, a EJA se projeta como prática coletiva, capaz de transformar não apenas indivíduos, mas também realidades sociais inteiras.

Um dos grandes desafios da EJA é superar a visão reducionista que a entende apenas como uma modalidade compensatória. Essa concepção, segundo Di Pierro (2005), limita o potencial da EJA ao enxergá-la como solução provisória para a exclusão escolar, quando na verdade ela deve ser reconhecida como parte integrante da política educacional e da educação permanente. Ao assumir esse caráter estrutural, a EJA se fortalece como espaço de emancipação e de construção de cidadania, ampliando seu alcance e legitimidade social.

Outro aspecto que merece destaque é a necessidade de maior articulação entre a EJA e os movimentos sociais. Como aponta Paiva (2003), a educação popular só se concretiza plenamente quando dialoga com as lutas sociais e com os sujeitos coletivos que reivindicam direitos. Nesse sentido, a EJA deve ser pensada não apenas como espaço escolar, mas como prática social que se conecta às demandas da comunidade, fortalecendo vínculos e promovendo transformações que ultrapassam os muros da escola. Essa perspectiva amplia o papel da EJA, tornando-a instrumento de resistência e de esperança para aqueles que historicamente foram privados do direito à educação.

4 EDUCAÇÃO POPULAR: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS

A Educação Popular, inspirada principalmente nas ideias de Paulo Freire, é entendida como prática pedagógica que valoriza os saberes do povo e promove a consciência crítica. Para Freire (1987), “a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”, destacando que o processo educativo deve ser dialógico e libertador. Nesse sentido, a Educação Popular rompe com a lógica bancária da educação, que reduz o aluno a mero receptor de conteúdos, e se afirma como prática emancipadora, capaz de fortalecer a autonomia dos sujeitos e sua participação ativa na sociedade.

Na EJA, a Educação Popular se concretiza ao reconhecer que os educandos trazem consigo experiências de vida que são fundamentais para a construção do conhecimento. Gadotti (1996) reforça que a Educação Popular é inseparável da democracia, pois promove a participação ativa dos sujeitos e valoriza o diálogo como método pedagógico. Assim, a sala de aula da EJA torna-se espaço de encontro entre saberes acadêmicos e saberes populares, onde o professor atua como mediador e o estudante como protagonista de sua própria aprendizagem. Essa perspectiva fortalece a ideia de que a escola deve ser lugar de acolhimento, de respeito às diferenças e de construção coletiva.

Outro aspecto importante é que a Educação Popular não se limita ao espaço escolar, mas se estende às comunidades e aos movimentos sociais. Segundo Brandão (2006), a Educação Popular é uma prática que nasce da vida cotidiana e das lutas sociais, sendo construída em diálogo com os sujeitos que buscam transformar sua realidade. Isso significa que a EJA, ao se apropriar dos princípios da Educação Popular, amplia seu papel para além da escolarização, tornando-se instrumento de resistência e de afirmação cultural. Nesse processo, o conhecimento deixa de ser algo distante e abstrato, passando a ser ferramenta concreta de transformação social.

Por fim, é preciso destacar que a Educação Popular, aplicada à EJA, contribui para a formação de uma cidadania crítica e participativa. Como afirma Arroyo (2006), a EJA deve ser pensada como espaço de reconhecimento dos sujeitos e de suas histórias, promovendo não apenas a aprendizagem formal, mas também o fortalecimento da identidade e da autoestima. Dessa forma, a Educação Popular se torna o eixo que sustenta a EJA como prática pedagógica libertadora, capaz de transformar vidas e comunidades.

A Educação Popular também se caracteriza por sua dimensão dialógica e participativa. Paulo Freire (1996) destaca que “o diálogo é o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando na relação eu-tu”. Isso significa que o processo educativo não pode ser unilateral, mas precisa ser construído coletivamente, a partir da escuta e da troca de experiências. Na EJA, essa perspectiva se traduz em práticas pedagógicas que valorizam rodas de conversa, projetos comunitários e atividades que partem da realidade concreta dos educandos, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade.

Outro aspecto fundamental é a relação entre Educação Popular e transformação social. Carlos Rodrigues Brandão (2006) afirma que a Educação Popular é uma prática que nasce das lutas sociais e se orienta pela busca de justiça e igualdade. Ao ser incorporada na EJA, ela amplia o papel da escola, que deixa de ser apenas espaço de transmissão de conteúdos e passa a ser lugar de resistência e emancipação. Essa concepção reforça que a EJA não deve ser vista como modalidade compensatória, mas como prática política e cultural, capaz de promover mudanças significativas na vida dos sujeitos e em suas comunidades.

5 EJA E EDUCAÇÃO POPULAR: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

A relação entre EJA e Educação Popular também se manifesta na forma como ambas reconhecem o cotidiano como espaço pedagógico. Para Paulo Freire (1996), “é preciso partir da realidade concreta dos educandos para que o conhecimento faça sentido”, e isso significa que a sala de aula deve dialogar com os problemas, desafios e saberes que os sujeitos trazem de suas vivências. Na EJA, essa perspectiva se traduz em práticas que valorizam o trabalho, a cultura, a família e a comunidade como elementos centrais do processo de ensino-aprendizagem. Assim, o cotidiano deixa de ser visto como obstáculo e passa a ser motor da construção do conhecimento.

Outro ponto importante é que a integração entre EJA e Educação Popular fortalece a dimensão política da educação. Como afirma Arroyo (2006), a EJA deve ser entendida como espaço de reconhecimento dos sujeitos e de suas histórias, promovendo não apenas a escolarização, mas também a formação cidadã. Ao incorporar os princípios da Educação Popular, a EJA se torna prática de resistência contra a exclusão e a marginalização, reafirmando que aprender é um direito humano fundamental. Dessa forma, a escola se transforma em lugar de diálogo, de participação e de emancipação, onde os educandos se reconhecem como protagonistas de sua própria história e agentes de transformação social.

A articulação entre EJA e Educação Popular também se revela na valorização da identidade e da cultura dos educandos. Segundo Brandão (2006), a Educação Popular é construída a partir da cultura popular e das práticas sociais cotidianas, reconhecendo que cada sujeito carrega consigo uma bagagem de saberes que deve ser legitimada no espaço escolar. Na EJA, essa perspectiva se traduz em práticas pedagógicas que não apenas transmitem conteúdos formais, mas que também acolhem e respeitam as histórias de vida, fortalecendo a autoestima e o sentimento de pertencimento dos estudantes.

Outro aspecto relevante é a dimensão comunitária que surge da integração entre EJA e Educação Popular. Para Gadotti (2000), a educação deve ser entendida como prática social que ultrapassa os muros da escola e se conecta às demandas da comunidade. Isso significa que a EJA, ao incorporar os princípios da Educação Popular, não se limita a formar indivíduos isolados, mas contribui para o fortalecimento coletivo, estimulando a participação em movimentos sociais, associações comunitárias e espaços de decisão política. Dessa forma, a EJA se consolida como prática transformadora, capaz de promover não apenas a inclusão escolar, mas também a emancipação social e cultural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos, quando compreendida como espaço de Educação Popular, transcende a função de suprir lacunas escolares. Ela se afirma como prática emancipadora, capaz de reconhecer e valorizar os saberes do cotidiano dos educandos, promovendo autonomia e cidadania. Como destaca Paulo Freire (1987), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam

em comunhão”, reforçando que o processo educativo é coletivo e dialógico. Nesse sentido, a EJA se torna lugar de encontro entre saberes acadêmicos e populares, fortalecendo a identidade dos sujeitos e ampliando sua participação social.

Além disso, a EJA, fundamentada nos princípios da Educação Popular, contribui para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva. Gadotti (2000) lembra que a educação permanente é direito humano fundamental, e a EJA, ao assumir essa perspectiva, reafirma que aprender é um ato contínuo de cidadania. Ao enfrentar desafios como evasão escolar, preconceito e falta de políticas públicas consistentes, a EJA se projeta como prática de resistência e esperança, capaz de transformar vidas e comunidades. Assim, do cotidiano à sala de aula, a EJA reafirma sua função social: não apenas ensinar, mas libertar, incluir e transformar.

A EJA, articulada aos princípios da Educação Popular, reafirma que a escola deve ser espaço de acolhimento, diálogo e transformação. Como lembra Arroyo (2006), reconhecer os sujeitos da EJA significa legitimar suas histórias e trajetórias, valorizando o saber que cada um traz consigo. Essa postura rompe com a visão tradicional de ensino e fortalece a ideia de que a educação é prática social e política, capaz de promover inclusão e justiça. Assim, a EJA não apenas ensina conteúdos formais, mas também contribui para a construção de uma cidadania crítica e participativa.

Além disso, é necessário compreender que a EJA, fundamentada na Educação Popular, projeta um futuro mais democrático e humano. Gadotti (2000) destaca que a educação permanente é direito fundamental e deve acompanhar o ser humano em todas as fases da vida. Nesse sentido, a EJA não se limita a corrigir desigualdades históricas, mas se torna instrumento de resistência e esperança, capaz de transformar realidades sociais inteiras. Ao unir escolarização e emancipação, a EJA reafirma que aprender é um ato contínuo de liberdade, e que a educação, como dizia Paulo Freire (1987), é sempre um ato político voltado para a humanização.

Por fim, é importante reconhecer que a EJA só se consolidará plenamente quando for vista como política de Estado e não como ação compensatória. Como afirma Haddad (2002), a EJA precisa ser tratada como parte integrante da política educacional, garantindo condições reais de permanência e sucesso escolar. Dessa forma, a EJA, articulada à Educação Popular, se torna instrumento de justiça social, reafirmando que a educação é direito de todos e que sua prática deve estar comprometida com a dignidade humana, a valorização da diversidade e a transformação da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis: Vozes, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DI PIERRO, Maria Clara. História da educação de jovens e adultos no Brasil. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Educação popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 2000.

HADDAD, Sérgio. *Educação de jovens e adultos: políticas públicas e práticas pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2002.

PAIVA, Jane. *Educação popular e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. *O método Paulo Freire: uma pedagogia libertadora*. São Paulo: Loyola, 1999.